

## 1. Identificação da reunião

Data	Horário		Local	Relator
	Início	Término		
11/12/2017	16h15	18h20	Diretoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral	Sérgio Três

## 2. Objetivo

Reunião inicial do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições.

## 3. Participantes

Nome	Lotação
Antônio Augusto Brentano	Ministério da Justiça/ACS/GM
Capitão de Corveta Jânio Sérgio de Freitas Gamiz	Comando de Defesa Cibernética - Exército Brasileiro
Major Alexandre Cabral Godinho	Centro de Defesa Cibernética - Exército Brasileiro
Representante da ABIN	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN/GSI
Representante da ABIN	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN/GSI
Marco Aurélio Ruediger	Fundação Getúlio Vargas - FGV/DAPP
Giselly Siqueira	Tribunal Superior Eleitoral - TSE/Assessoria de Comunicação (Ascom)
Ministro Admar Gonzaga	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Ministro Tarcísio Vieira	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Ministro Sérgio Banhos	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Marcelo Daniel Pagotti	Ministério do Planejamento/ SETIC
Thiago Tavares Nunes de Oliveira	SaferNet Brasil
Cristiane V. Rauen	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MTIC
Carlos Eduardo Frazão do Amaral	Tribunal Superior Eleitoral - TSE/Vice-Presidência
Estêvão André Cardoso Waterloo	Supremo Tribunal Federal - STF/Gabinete da Ministra Rosa Weber
Rodrigo Gonçalves Santos	Fundação Getúlio Vargas - FGV/DAPP

## 4. Assuntos tratados

4.1 A reunião foi aberta pela Senhora Giselly Siqueira, que esclareceu que estava sendo aberta a primeira reunião do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, cuja composição havia sido publicada em 08/12/2017, e informou que as próximas reuniões poderiam ser públicas, com divulgação posterior das atas de reunião, e concedeu a palavra aos presentes.

4.2 O Ministro Admar Gonzaga teceu considerações sobre a necessidade de participação de todos os presentes para obtenção das informações técnicas requeridas para viabilizar este projeto, em especial sobre a necessidade de se prevenir a divulgação das *fake news*, visando sempre a melhor informação disponível para os eleitores.

4.3 O Ministro Tarcísio Vieira esclareceu sobre a regulamentação das Resoluções que estão sendo produzidas no TSE, a partir da legislação disponível, e que a previsão é de votação das normas para as eleições de 2018 em 18/12/2017.

4.4 O Ministro Sérgio Banhos apresentou a necessidade de se realizar um manual de boas práticas para a divulgação das informações eleitorais, inclusive com a inclusão de uma tarja nas propagandas de publicidade que destacasse que as informações apresentadas tratam de campanha eleitoral.

4.5 Acrescentou que poderia ser criado um canal de contato para as denúncias, como um telefone 0800, um canal de Ouvidoria e outros meios permitindo a utilização de qualquer cidadão. As denúncias recebidas e suas apurações poderiam ser divulgadas. Da mesma forma, dever-se-ia buscar uma forma de se realizar a exclusão automática de robôs na internet que fiquem divulgando informações eleitorais, corretas ou não, uma vez que a legislação não permite este tipo de divulgação.

4.6 O Senhor Thiago Tavares esclareceu que desde 2006 funciona pela SaferNet Brasil um canal, em parceria com a Procuradoria-Geral da República (PGR), para divulgação de combate a crimes cibernéticos, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas também em outros Estados. Esses crimes incluem como assuntos como: intolerância religiosa, pedofilia, crimes raciais, tráfico internacional de pessoas, apologia ao nazismo e assemelhados. Acrescentou que já foram denunciados 4 milhões de *links* nesses 12 anos. Esclareceu que essa experiência é simples para o usuário, bastando que o denunciante copie o *link* e faça o cole no site da SaferNet, que apurará a informação.

4.7 O Senhor Marco Aurélio Ruediger apresentou que tem havido consultas de outros países acerca das eleições brasileiras, uma vez que estão acompanhando com interesse nossas eleições. Aproveitou para apresentar algumas transparências da FGV sobre o tema da reunião:

4.7.1 Existe a possibilidade de manipulação do processo eleitoral;

4.7.2 É possível se ter um processo eleitoral com baixa vulnerabilidade;

4.7.3 A FGV identifica atualmente a coleta de dados, a identificação de atributos suspeitos e realiza a análise das informações;

4.7.4 Propõe-se a utilização de um cadastro de API<sup>1</sup> (plataforma de cadastro) para receber uma chancela do TSE. Com isso, fortalecem-se os *sites* cadastrados, buscando-se a integridade e segurança das informações, o que, por sua vez, também já coloca os *sites* não cadastrados em situação de desconfiança, automaticamente.

4.8 O Ministro Tarcísio Vieira apresentou a necessidade de se regulamentar também como se dará o quórum das votações deste Conselho, bem como a necessidade de se ter um Representante do Comitê para centralizar as informações para divulgação junto aos Ministros do TSE.

4.9 O Ministro Sérgio Banhos esclareceu também que alguns membros do Conselho serão “eventuais”, consultivos, dando apoio aos membros titulares ou substitutos, votantes, podendo-se ampliar a quantidade de pessoas nas reuniões do Conselho conforme a necessidade.

4.10 O Senhor (Representante da ABIN) pergunta quem irá atestar que uma notícia divulgada é falsa ou que está sendo propagada por robôs.

4.11 O Major Alexandre Godinho solicita que o Comitê defina o escopo de pesquisa a ser realizada pelo Exército e pela ABIN, sob pena de se inviabilizar os esforços.

4.12 O Senhor (Representante da ABIN) apresentou dois casos recentes para conhecimento dos presentes, e as reflexões que devem ser realizadas:

4.12.1 Houve a extração de dados dos comitês políticos americanos, franceses e alemães. Posteriormente, ocorreu a divulgação de parte das informações obtidas ilegalmente. Questiona se essas informações deveriam ser consideradas ou não para as discussões políticas, mesmo que verdadeiras. No caso da Alemanha, os parlamentares daquele país decidiram quanto aos dados hackeados que não haveria a discussão dessas informações vazadas;

4.12.2 No caso francês, os IPs<sup>2</sup> de ataque à França tiveram sua origem principal nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse caso, questiona o que deveria ser feito quanto a isso também.

4.13 O Ministro Admar Gonzaga esclareceu que o mais importante é a qualidade das informações que cheguem aos eleitores.

<sup>1</sup> Interface de Programação de Aplicações ou Interface de Programação de Aplicação, cujo acrônimo **API** provém do Inglês *Application Programming Interface*, é um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um *software* para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que não pretendem envolver-se em detalhes da implementação do *software*, mas apenas usar seus serviços, para acesso baseado na *Web*.

<sup>2</sup> Endereço **IP**, de forma genérica, é uma identificação de um dispositivo (computador, impressora, etc.) em uma rede local ou pública. Cada computador na internet possui um IP (Internet Protocol ou Protocolo de internet) único, que é o meio em que as máquinas usam para se comunicarem na Internet.

4.14 O Senhor Marco Ruediger acrescentou ainda a recente interferência da Rússia em relação às últimas eleições americanas.

4.15 O Major Alexandre Godinho informa que poderia haver um representante dos partidos políticos nesta análise dos dados, sendo desejável que eles se responsabilizassem também em parte pela definição do que seriam as *fake news*.

4.16 O Ministro Sérgio Banhos sugeriu que os próprios partidos poderiam contratar empresas que certificassem e garantissem a qualidade das informações que estão sendo divulgadas.

4.17 O Senhor Marco Ruediger acrescentou que poderia ser feito no Brasil como foi feito nos EUA, onde os próprios partidos políticos informam ao final da peça publicitária que houve um protocolo seguido para garantir aquelas informações que estão sendo divulgadas.

4.18 O Senhor Thiago Tavares introduz o assunto das dificuldades em se realizar a certificação de computadores que não estejam no Brasil.

4.19 O Ministro Admar Gonzaga propõe que se realize o bloqueio automático das máquinas de outros países que venham a ser utilizadas para divulgação de informações eleitorais.

4.20 O Senhor Thiago Tavares propõe a criação de um “termômetro” na página do TSE, onde as informações já verificadas pudessem ser divulgadas, gerando-se uma concorrência saudável das empresas de *fact-checking*<sup>3</sup>, que teriam a divulgação da empresa que está conferindo as informações exibidas.

4.21 O Ministro Admar Gonzaga propõe que se adote a proposta da FGV de criação de um API para se poder começar a controlar a qualidade das informações, ressaltando-se que não poderia haver um certificado do TSE sobre a qualidade da informação, mas apenas de informar que se garantiu a aderência da referida empresa ao controle de qualidade da API.

4.22 Os Ministros agradecem a presença de todos, pedem licença e se retiram para outra reunião, às 17h30.

4.23 O Senhor Carlos Eduardo apresenta que a ideia de um protocolo inicial é um bom caminho, mas que o ideal é que não caiba ao TSE julgar o que serão *fake news*, mas que a própria sociedade e redes sociais o façam.

4.24 O Senhor Marco Ruediger propõe que o TSE produza um *hotsite*<sup>4</sup> para divulgação de informações e que a própria sociedade fiscalize a qualidade dessas informações, como um passo inicial. Propõe também que se busquem soluções para os demais problemas, como seria o caso da utilização de robôs no processo eleitoral. Apresenta que o mais importante é que, ao final, haja transparência e seja possível a auditoria das informações.

4.25 A Senhora Cristiane Rauhen informa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MTIC) está trabalhando no conceito da responsabilidade solidária, fazendo com que plataformas de compartilhamento de informações possam também ser responsabilizadas pelo uso indevido dessas informações. Sendo assim, tanto o Operador quando o Controlador do produto poderiam ser responsabilizados, quando necessário.

4.26 O Senhor Thiago Tavares esclarece que esta responsabilização para conteúdos políticos só poderia ocorrer *a posteriori*, pois, se fosse antecipada, feriria o direito de livre expressão. Propõe que seja pesquisado em outros países quais são as experiências de controle que estejam sendo utilizadas para se fazer uma comparação do que poderia vir a ser utilizado pelo Brasil.

4.27 O Senhor Carlos Eduardo propõe que se realize para a próxima reunião uma pesquisa de como os outros países estão tratando desses assuntos e que a FGV formate o produto das APIs para o TSE para avançar nesta questão.

4.28 O Senhor (Representante da ABIN) informa que, a partir da especificação do escopo do TSE, a ABIN poderá agir quando demandada.

<sup>3</sup> O *fact-checking* é uma checagem de fatos, isto é, um confrontamento de histórias com dados, pesquisas e registros. É uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística.

<sup>4</sup> O termo *site* ou *hotsite* refere-se a uma página destinada a uma marca, produto, serviço ou ideia publicada em um domínio na internet. Não existe uma quantidade mínima ou máxima de *links*, textos, imagens ou linguagem de programação que os diferencie tecnicamente. A classificação de *hotsite* (também conhecido como *micro site*) dá-se pela finalidade de uso. O *hotsite* tem uso promocional, período específico de publicação e não é a página principal de uma empresa na internet.

4.29 O Major Alexandre Godinho solicita que após a apresentação da modelagem do produto seja definida como se dará a integração entre todas as agências, bem como com qual frequência ocorrerão as reuniões do Conselho, de forma que se organizem administrativa e tecnicamente para os eventos.

4.30 O Senhor Thiago Tavares propõe que o quórum das votações a ser buscando seja sempre o consenso, mas, em sua impossibilidade, que o quórum para aprovação das decisões seja de 2/3 dos votos.

4.31 O Major Alexandre Godinho solicita acesso às minutas das resoluções que estão sendo produzidas pelo TSE, cujas versões ainda estão sendo enviadas aos Ministros Luiz Fux e Rosa Weber, cujo prazo final de apreciação será em 05/03/2018.

4.32 A Senhora Giselly Siqueira acrescenta que em um segundo momento deverá ser produzido um manual de boas práticas.

4.33 O Senhor Antônio Brentano solicita a criação de canal para denúncias no TSE, considerando-se sua importância na facilitação do acesso ao eleitor para conhecer quais informações divulgadas são falsas e quais são verdadeiras, anulando-se parcialmente os danos que informações falsas possam produzir no processo eleitoral.

4.34 O Major Alexandre Godinho acrescenta a relevância de se comprometer a população com a fiscalização das informações, até para que se envolva mais no processo eleitoral.

4.35 Ao final, sobre o discutido, ficou definido que:

4.35.1 As decisões serão aprovadas com 2/3 de quórum;

4.35.2 As Reuniões do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições serão quinzenais;

4.35.3 A Composição do Conselho contemplará a designação de membros substitutos por cada um de seus titulares;

4.35.4 Haverá o mapeamento das normas internacionais que possam auxiliar nas decisões a serem proferidas;

4.35.5 Haverá uma análise do Comitê às Resoluções do TSE que estão sendo finalizadas;

4.35.6 Haverá a Modelagem da API do TSE por parte da FGV;

4.35.7 A Próxima reunião se dará em 15/01/2017, às 16h.

## 5. Pendências

Ação	Responsável	Data prevista
As Resoluções do TSE que estão sendo finalizadas deverão ser encaminhadas aos participantes para análise	TSE	15/12/2017
A FGV deverá propor a modelagem da API do TSE	FGV	15/01/2018
Envio dos dados dos participantes por email	TSE	13/12/2017

## 6. Anexos

6.1 Sem anexos.

## 7. Fechamento

Data	Nome do relator
11/12/2017	Sérgio Trés